

REQUERIMENTO Nº DE 2024
(DA Dep. BIA KICIS)

Requer a convocação do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para esclarecer quanto a renúncia de receita fiscal, por parte da União Federal, em favor das Casas de Apostas/Bets, que exploram jogos e loterias on-line no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 60, III, 117, II; 219; ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a adoção das providências necessárias para a convocação do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para esclarecer sobre um verdadeiro prazo de graça, manifestadas em sede de Agravo Interno no Processo nº. 1015703-46.2024.4.01.0000, da 11ª Turma do Egrégio Tribunal Regional Federal – 1ª Região.

“... a Lei nº 14790/2023 conferiu um verdadeiro **prazo de graça** para a adaptação destas empresas às disposições legais e regulamentares, editadas sobre as apostas de quota fixa, em todo o território nacional.”

“Dessa forma, não parece razoável que, na fluência do **prazo de graça** dado pela legislação federal...”

“A **UNIÃO**, exercendo a sua competência legislativa, definiu um **prazo de graça**, que deve ser observado nacionalmente.”

“... é preciso levar em consideração o **período de graça**...”

“... não há legitimidade na punição antes de transcorridos o **prazo de graça**.”



“Logo, diante do **prazo de graça** concedido pela legislação federal de regência...”

JUSTIFICAÇÃO

Diante a manifestação no âmbito do Ministério da Fazenda (Secretaria de Prêmios e Apostas – SPA/MF), para a exploração de modalidades lotéricas por agentes/empresas que concedem a estas Empresas (bets) um prazo de graça continuarem operando no Brasil sem recolher taxas, impostos e/ou tributos aos cofres municipais, estaduais e da União Federal, é necessário que a Comissão de Desenvolvimento Econômico aprove um requerimento de convocação do Ministro para prestar esclarecimentos sobre o assunto.

Causa espécie saber que o setor de apostas on-line, que fatura estimados R\$ 150 bilhões por ano tenha sido ganhador de um período de funcionamento de graça, em evidente prejuízo das comunidades mais vulneráveis da sociedade brasileira, beneficiados por parte significativa da arrecadação da União Federal e dos Estados da Federação com a exploração de jogos e loterias.

Neste momento, com previsão de espantoso rombo do PIB nas contas do governo federal, torna-se inacreditável o Ministério da Fazenda e a União Federal promoverem uma renúncia de receita em favor de um grupo de empresários, o que deve ser melhor explicado pelo Ministro.

É fundamental que o Ministro explique, a este Parlamento, a transparência e a lisura nesta carta branca a um setor significativo da nossa economia para operarem de graça, em flagrante desrespeito aos contribuintes brasileiros, à sociedade e à Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada pelo Congresso Nacional e em vigor no Brasil.

O Brasil enfrenta uma grave crise fiscal, e o Governo Federal paga a festa bilionária das *bets*.

Dessa forma, solicito a aprovação do requerimento.



Sala das Sessões, em 09 de julho de 2024.

BIA KICIS
Deputada Federal PL/DF

Apresentação: 09/07/2024 18:43:39.533 - CDE

REQ n.50/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244655348600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis

